

Lingua[gem]

1. Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa, *Marcos Bagno*, 7ª ed.
2. Linguagem & comunicação social – visões da linguística moderna, *Manoel Luiz Gonçalves Corrêa*
3. Por uma linguística crítica, *Kanavillil Rajagopalan*, 3ª ed.
4. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula, *Stella Maris Bortoni-Ricardo*, 5ª ed.
5. Sistema, mudança e linguagem – um percurso pela história da linguística moderna, *Dante Lucchesi*
6. “O português são dois” – novas fronteiras, velhos problemas, *Rosa Virgínia Mattos e Silva*, 2ª ed.
7. Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro, *Rosa Virgínia Mattos e Silva*, 2ª ed.
8. A linguística que nos faz falhar – Investigação crítica, *Kanavillil Rajagopalan, Fábio Lopes da Silva* [orgs.] **sob demanda**
9. Do signo ao discurso – Introdução à filosofia da linguagem, *Inês Lacerda Araújo*, 2ª ed.
10. Ensaio de filosofia da linguística, *José Borges Neto*
11. Nós cheguei na escola, e agora?, *Stella Maris Bortoni-Ricardo*, 2ª ed.
12. Doa-se lindos filhotes de poodle – Variação linguística, mídia e preconceito, *Maria Marta Pereira Scherre*, 2ª ed.
13. A geopolítica do inglês, *Yves Lacoste* [org.], *Kanavillil Rajagopalan*
14. Gêneros – teorias, métodos, debates, *J. L. Meurer, Adair Bonini, Désirée Motla-Roth* [orgs.], 2ª ed.
15. O tempo nos verbos do português – uma introdução a sua interpretação semântica
Maria Luiza Monteiro Sales Corêa
16. Considerações sobre a fala e a escrita – fonologia em nova chave, *Darcília Simões*
17. Princípios de linguística descritiva, *Mário A. Perini*, 2ª ed.
18. Por uma linguística aplicada indisciplinar, *Luiz Paulo da Moita Lopes*, 2ª ed.
19. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística, *U. Weinreich, W. Labov, M. I. Herzog*, 2ª ed.
20. Origens do português brasileiro, *Anthony Julius Naro, Maria Maria Pereira-Scherre*
21. Introdução à gramaticalização – Princípios teóricos & aplicação
Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Maria Célia Lima-Hernandes, Vânia Cristina Casseb-Galhão [orgs.]
22. O acento em português – Abordagens fonológicas, *Gabriel Antunes de Araújo* [org.]
23. Sociolinguística quantitativa – Instrumental de análise, *Gregory R. Guy, Ana Maria Stahl Zilles*
24. Metáfora, *Tony Berber Sardinha*
25. Norma culta brasileira – desatando alguns nós, *Carlos Alberto Faraco*
26. Padrões sociolinguísticos, *William Labov*
27. Gênese dos discursos, *Dominique Maingueneau*
28. Cenas da enunciação, *Dominique Maingueneau*
29. Estudos de gramática descritiva – as valências verbais, *Mário A. Perini*
30. Caminhos da linguística histórica – “ouvir o inaudível”, *Rosa Virgínia Mattos e Silva*
31. Os limites do discurso – ensaios sobre discurso e sujeito, *Sírio Possenti*

Uriel Weinreich
William Labov
Marvin I. Herzog

fundamentos empíricos para uma teoria da

MUDANÇA LINGÜÍSTICA

SBD-FFLCH-USP



315914

TRADUÇÃO: *Marcos Bagno*
REVISÃO TÉCNICA: *Carlos Alberto Faraco*

II
PUBLIBO

417.7
W448EP
2.ed.
n. 1792161

Título original: *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, publicado em *Directions for Historical Linguistics — A Symposium*
© W. P. Lehman e Yakov Malkiel, 1968
© University of Texas Press, Austin-London, 1968, pp. 95-199.
ISBN: 0-292-78355-8

Editor: Marcos Marcionilo

Capa e Projeto Gráfico: Andréia Custódio

Conselho Editorial: Ana Stahl Zilles [Unisinos]
Carlos Alberto Faraco [UFPR]
Egon de Oliveira Rangel [PUCSP]
Gilvan Müller de Oliveira [UFSC, Ipol]
Henrique Monteaquedo [Universidade de Santiago de Compostela]
Kanavillil Rajagopalan [Unicamp]
Marcos Araújo Bagno [UnB]
Maria Marta Pereira Scherre [UFRJ, UnB]
Rachel Gazzolla de Andrade [PUC-SP]
Salma Tannus Muchail [PUC-SP]
Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

W448F

Weinreich, Uriel

Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística / Uriel Weinreich,
William Labov, Marvin I. Herzog; tradução Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco;
posfácio Maria da Conceição A. de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte. - São Paulo: Parábola
Editorial, 2006
-(Linguagem); 18)

Tradução de: *Empirical foundations for a theory of language change*. In *Directions for
historical linguistics*: A symposium, editado por W.P. Lehmann e Yakov Malkiel, Austin-London,
University of Texas Press, 1975, pp.95-199

Inclui bibliografia
ISBN 85-88456-54-0

1. Mudanças linguísticas. 2. Linguagem e línguas - Variação. 3. Sociolinguística. I. Labov,
William. II. Herzog, Marvin I. III. Título. IV. Série.

06-1546

CD0410
CDU 81-112

Direitos reservados à

PARÁBOLA EDITORIAL

Rua Sussuarana, 216 - Ipiranga | 04281-070 São Paulo, SP
pabx: [11] 5061-9262 | fax: [11] 5061-8075

home page: www.parabolaeditorial.com.br | e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou trans-
mitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo
fotocópia) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem per-
missão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-88456-54-9 (antigo 85-88456-54-0)

2ª edição - janeiro de 2009

© da edição: Parábola Editorial, São Paulo, maio de 2006

DEDALUS - Acervo - FFLCH



20900044367

SUMÁRIO

NOTA LIMINAR, 7

APRESENTAÇÃO DE UM CLÁSSICO, 9

C. A. FARACO

1. Breve histórico do texto, 9
2. Estrutura do texto, 12
3. O processo argumentativo, 13
4. Um breve roteiro de leitura do texto, 15
 - 4.1. Introdução, 15
 - 4.2. O isolamento do idioleto, 17
 - 4.3. Problemas de mudança de estrutura, 21
 - 4.4. A língua como um sistema diferenciado, 25
5. Considerações finais, 29

URIEL WEINREICH, 31

0. INTRODUÇÃO, 33

1. O ISOLAMENTO DO IDIOLETO, 39

- 1.1. As teorias de Hermann Paul, 39
- 1.2. A herança dos neogramáticos, 54
 - 1.2.1. Saussure, 55
 - 1.2.2. A linguística descritiva bloomfieldiana, 57
 - 1.2.3. A prática dos gramáticos gerativistas, 60

2. PROBLEMAS DE MUDANÇA DE ESTRUTURA, 61

- 2.0. Tipos de teoria relevante, 61
- 2.1. Função contrastiva dos fonemas, 63
- 2.2. Estrutura gramatical, 73
- 2.3. Argumentos relativos a tendências de longo prazo, 76
- 2.4. Traços distintivos e mudança fonológica, 77
 - 2.4.1. A fonologia gerativa e a economia das gramáticas, 79

3. A LÍNGUA COMO UM SISTEMA DIFERENCIADO, 87

- 3.0. Uma abordagem sistemática das estruturas heterogêneas, 87

QUARENTA ANOS DEPOIS: A HERANÇA DE UM PROGRAMA NA SOCIOLINGÜÍSTICA BRASILEIRA

Maria da Conceição A. de Paiva (UFRJ/CNPq)
Maria Eugênia Lamoglia Duarte (UFRJ/CNPq)

1. INTRODUÇÃO

Nesse projeto de difusão do texto programático de Weinreich, Labov & Herzog (doravante WLH), coube-nos uma tarefa incitante, embora não facilmente realizável: a de escrever um posfácio. Uma tarefa cujo risco maior é o de nos limitarmos a parafrasear, necessariamente de forma incompleta, o que os autores tão bem apresentaram. Uma outra via possível, aqui adotada, é a de nos concentrarmos nos produtos derivados desse texto e destacar suas repercussões, em especial no que se refere ao desenvolvimento da sociolinguística no Brasil. Para tanto, procedemos a uma triagem, no texto dos autores, de pontos que nos parecem centrais e que, aplicados à realidade sociolinguística brasileira, fizeram avançar de forma significativa o conhecimento da nossa heterogeneidade linguística a partir de um trabalho construído sobre bases empíricas.

Embora possa parecer desnecessário, é interessante insistir que a proposta provocativa de WLH constituiu um passo seguro para a instauração de uma nova perspectiva de linguagem. Ao enfatizar o lugar central da variação e da mudança nas línguas naturais e explicitar os diversos aspectos envolvidos nesses processos, os autores abrem o

- (1962). Dialect Geography and the Concept of Phonological Space. *Word* 18:23-33.
- NEURATH, O. (1944). "Foundations of the Social Sciences", *International Encyclopedia of Unified Science*. Vol. 11, n. 1. Chicago: University of Chicago Press.
- NEUSTUPNÝ, J. V. (1961). The Asymmetry of Phonological Oppositions. *The Bulletin of the Phonetic Society of Japan* (ONSEI GAKKAI KAIHO). 106.1-6.
- (1966). On the Analysis of Linguistic Vagueness. *Travaux linguistiques de Prague* 2.
- OSGOOD, C. E.; SEBEOK, T. A. (1954) (orgs.). *Psycholinguistics*. Baltimore. (= Supplement to *IJAL* 20:4.)
- OSTHOFF, H.; BRÜGMANN, K. (1878). *Introdução às Morphologische Untersuchungen*. Leipzig: s.e.
- PAUL, H. (1880). *Prinzipien der Sprachgeschichte*. Halle: Niemeyer. 4ª ed.: 1909; 5ª ed.: 1920.
- PULGRAM, E. (1961). French /e/: Statics and Dynamics of Linguistic Subcodes. *Lingua* 10:305-325.
- REICHSBORN, R. (1960). Etude des variations sociales et géographiques des faits linguistiques (observations faites à Paris en 1956-1957). *Word* 16:55-95 (André Martinet's Post-script: 96-99).
- RONA, J. P. (1966). The Social and Cultural Status of Guaraní in Paraguay. In Bright, W. (org.). *Sociolinguistics*. The Hague: Mouton. 277-292.
- SAPIR, E. (1907). Herder's "Ursprung der Sprache". *Modern Philology* 5:109-142.
- (1921). *Language*. New York: Harcourt, Brace and Company.
- SAPORTA, S. (1965). Ordered Rules, Dialect Differences, and Historical Processes. *Language* 41:218-224.
- SAUSSURE, F. DE (1916). *Cours de linguistique générale*. Paris.
- SECHEHAYE, A. (1940). Les trois linguistiques saussuriennes. *Vox romanica* 5:1-48.
- SVERSTEN, E. (1960). *Cockney Phonology*. London, Oslo: Oslo University Press.
- STEWART, W. E. (1966). Social Dialect. In *Research Planning Conferences on Language Development in Disadvantaged Children*. New York: Yeshiva University. 53-61.
- STURTEVANT, E. H. (1947). *An Introduction to Linguistics*. New Haven: Yale University Press.
- VACHEK, J. (1964a). On Peripheral Phonemes of Modern English. *Brno Studies in English*. 4:7-110.
- (1964b). comp. *A Prague School Reader in Linguistics*. Bloomington: Indiana University Press.
- WANG, W. S-Y. (1967). The Measurement of Functional Load. *Phonetica* 16:36-54.
- WEINREICH, U. (1953). *Languages in Contact*. New York: Publications of the Linguistic Circle of New York.
- (1954). Is a Structural Dialectology Possible? *Word* 10:388-400.
- (1957a). On the Description of Phonic Interference. *Word* 13:1-11.
- (1957b). Functional Aspects of Indian Bilingualism. *Word* 13:203-233.
- (1958). A Retrograde Sound Shift in the Guise of a Survival. *Miscelânea Homenaje a André Martinet*. Canarias: Biblioteca Filológica. Universidad de la Laguna. 11, 221-267.
- (1960). Mid-Century Linguistics: Achievements and Frustrations (review of Hockett 1958). *Romance Philology* 13:320-341.
- (1968). The Geographic Makeup of Belorussian Yiddish, a ser publicado in *The Field of Yiddish*, Vol. III (orgs. M. I. Herzog, W. Ravid e U. Weinreich). The Hague.
- WHYTE, W. F. (1943). *Street Corner Society*. Chicago: University of Chicago Press.
- WINTELER, J. (1876). *Die Kerenzer Mundart*. Leipzig.
- WYLD, H. C. (1936). *A History of Modern Colloquial English*. Oxford: Blackwell.
- ZHIMUNSKI, V. M. (1958). O simxronii i diaxronii v jazykoznanii. *Voprosy Jazykoznanija* 5:43-52.

2. A VARIACÃO INTERNA AO SISTEMA

O ponto de ruptura estabelecido por WLH, em relação aos modelos dialetológicos anteriores e aos modelos estruturalistas vigentes na época, está na concepção de língua como um sistema heterogêneo ordenado, condição *sine qua non* para o estudo da mudança lingüística. Retomemos, então, um dos pressupostos centrais do programa dos autores: "Muito antes de se poder esboçar teorias preditivas da mudança lingüística, será necessário aprender a ver a língua — seja de um ponto de vista diacrônico ou sincrônico — como um objeto constituído de heterogeneidade ordenada". Quais as conseqüências de tal proposição nos estudos lingüísticos brasileiros, ancorados, como em diversos outros países, em conceitos confortáveis como homogeneidade e oposições como língua culta/língua popular ou certo/errado?

Evidentemente, o reconhecimento do PB como heterogêneo, uma conjunção de falares social e geograficamente diferenciados, antecede e em muito estudos baseados nos postulados de WLH. A inovação possibilitada pelos autores está exatamente no termo "ordenada", que permite atribuir à variação um caráter sistemático e controlado que até então lhe fora negado. Cabe ao lingüista entender, descrever e explicar essa sistematicidade, depreender os padrões que a governam.

Até recentemente (e, por que não dizer, mesmo ainda hoje) perdeu-se uma concepção da variação na fala como caótica, aleatória, desprovida de qualquer regularidade significativa e interessante, decorrendo, na maioria das vezes, do desconhecimento das "regras da língua". Tomemos o exemplo de um dos primeiros produtos da mudança de perspectiva defendida em WLH: a concordância de número entre os elementos do sintagma nominal. Numa perspectiva de língua como sistema de regras invariantes e contextualmente independentes², os elementos componen-

² A visão da variação como um fato aleatório e irregular só se sustenta em uma perspectiva de língua como sistema monolítico, estável e homogêneo, supostamente partilhado por todos os falantes.

espaco para o desenvolvimento de uma modelização orientada por questões precisas. Ao longo deste postácio, nos reportamos a essas questões, sublinhando as respostas que foram (e que vêm sendo) obtidas na sociolingüística variacionista brasileira, durante essas quase quatro décadas que nos separam do texto original. No decorrer dos anos, a acumulação de estudos sobre o português brasileiro (PB) tem permitido desvendar diversos aspectos variáveis da nossa língua. Ao lado da fotografia sociolingüística que os pesquisadores brasileiros têm desenhado — permitindo-nos conhecer as semelhanças e diferenças nos padrões de variação, de norte a sul, de leste a oeste —, suas análises têm contribuído para reflexões teóricas mais gerais.

Conclusões mais lúcidas e empiricamente fundamentadas acerca do grau de diferenciação entre variedades lingüísticas só são possíveis a partir da comparação cuidadosa e sistemática de amostras de fala representativas de diversos grupos sociais, geográficos e ainda de estilos de fala distintos. Sensíveis a essa necessidade, diversos grupos de pesquisadores empreenderam, a partir dos anos 1970, uma extensa constituição de *corpora* de língua falada¹. O esforço conjunto desses diversos pesquisadores em diversos pontos do país nos permite hoje usufruir amostras controladas e comparáveis da fala de diversas regiões brasileiras.

Dada a impossibilidade de abordar todos os trabalhos já realizados, vamos nos concentrar, apenas para ilustrar o programa empírico proposto pelos autores, em três fenômenos de níveis distintos: a realização fonética da vibrante em coda silábica, a alternância entre *nós* e *a gente*, e a realização do sujeito pronominal. A escolha desses três fenômenos não é aleatória. Eles se prestam bastante bem a uma discussão mais aprofundada da forma como a aplicação dos fundamentos empíricos propostos por WLH permite entender mais claramente alguns aspectos do PB. Fazemos, no entanto, referências a outros fenômenos e a outros estudos realizados no Brasil, na medida em que tal procedimento se fizer necessário para esclarecer outros aspectos.

¹ Muitos são os projetos de pesquisa que tratam da variação lingüística em diversos níveis da gramática. Uma consulta aos sites desses projetos fornecerá informações sobre os fenômenos já pesquisados, bem como acesso a amostras de língua falada.

Entre eles estão: VAL/PB (Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba), PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), MERC-RJ (Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro), VARPOR (Análise Contrastiva de Variedades do Português), VARSUL (Variação Lingüística Urbana no Sul do País).

Além dos trabalhos publicados pelos pesquisadores e alunos ligados a esses projetos, podem-se os volumes da *Gramática do português falado* (Ed. Unicamp), que reúnem as pesquisas com base na norma culta de cinco capitais brasileiras.

bonito, por exemplo) é, dentro dessa perspectiva, uma "infracção" cometida por falantes que "desconhecem" a regra. Ora, aprender a ver a língua como inherentemente variável significa, antes de tudo, reconhecer a natureza e a amplitude dessa infracção dentro do próprio sistema.

Uma consequência natural da perspectiva acima envolve a forma de avaliação das variedades lingüísticas em relação ao seu *status* e "correção". Em sociedades com uma sólida tradição literária como a nossa, a língua escrita impera como modelo a partir do qual se impõe uma jurisdição coercitiva. As diferentes variedades faladas se relacionam de forma mais ou menos remota com esse modelo. E quanto mais remota a relação (fala popular, vernácula), maior a avaliação negativa da variedade. Variedades relativamente mais próximas desse modelo adquirem o *status* de norma culta. À luz do conceito de heterogeneidade ordenada, essa equação é facilmente invalidada, pois ele permite depreender um *continuum* de distinção entre as variedades, atestar muito mais diferenças quantitativas do que qualitativas. Assim, a presença de uma variante estigmatizada deixa de ser privilégio das variedades populares, rurais ou faladas por membros de classes com menor acesso aos bens socioculturais.

Retomemos a variação na concordância de número entre os elementos do SN. A análise controlada e extensiva do fenômeno em diversas amostras de fala do português (cf. Scherre 1988, 1989; Scherre & Naro 1997, 1991; Naro & Scherre 2003, entre muitos outros) mostra claramente que a ausência da marca de plural, principalmente em contextos lingüísticos mais favoráveis ao processo, caracterizam, em maior ou menor grau, tanto a fala de pessoas não-escolarizadas ou de baixo nível de escolarização como a de pessoas com nível universitário, por exemplo (Campos e Rodrigues 1992). A depender da associação complexa de fatores sociais e estruturais, esse "desvio" é mais ou menos freqüente na fala de todos os falantes do português e mesmo no português escrito. Mais importante ainda é que, apesar das diferenças no uso de uma variante em diferentes estratos da sociedade, uma abordagem variacio-

nista permite depreender grande replicabilidade e sistematicidade no controle das variantes.

O princípio da heterogeneidade ordenada e sistemática pode ser constatado em todos os níveis lingüísticos em todas as línguas naturais, o que não exclui, em hipótese alguma, a existência de regras categóricas. Retomemos, então, os fenômenos relacionados na introdução. No nível fonético, diversos pesquisadores já constataram que a vibrante em coda silábica — ca(r)ta, unive(r)sidade, u(r)gência, ama(r) (Callou, 1987; Callou, Moraes e Leite 1996; Monareto 2000; Hora 2004) — admite diferentes realizações, ou variantes, tais como vibrante múltipla, fricativa velar, uvular, aspirada, vibrante simples, um som retroflexo (cf. Bisol 1999), ou pode ser suprimida. Como mostram Callou, Moares & Leite (1996), o fenômeno tem considerável extensão no PB, atingindo diversas regiões, embora em cada uma delas se manifeste a predominância de uma ou outra variante.

No nível morfológico, tomemos uma alternância no interior do sistema pronominal, um sistema que, ao longo dos anos, tem sido atingido por inúmeras mudanças. Observa-se a variação entre as formas *nós* e *a gente* para referência à primeira pessoa do plural, como em *Nós trabalhamos bem/A gente trabalha bem* (Omena 1986, 1996, 2003; Omena e Braga 1996; Lopes, 1993, 1999, 2003; Menon 1994, 1996, entre muitos outros). Trata-se de uma alternância presente em diferentes variedades do PB e, ao que tudo indica, imune à avaliação social, não envolvendo propriamente uma oposição entre forma prestigiada e forma não prestigiada³.

No nível sintático, mas em íntima relação com as mudanças ocorridas no sistema pronominal, pode-se citar a variação na forma de realização do sujeito pronominal, tanto em contextos iniciais quanto em encaixados (*O José saiu há pouco. [Ele] estava feliz. [Ele] disse que [ele] ia ao banco buscar o prêmio*). Inúmeros trabalhos realizados com base em amostras de língua falada em várias regiões do Brasil (entre os quais Lira 1982; Duarte 1995, 2003; Paredes Silva 2003) têm permitido observar as etapas do embate entre as

³ Exceto na combinação do pronome *a gente* com a desinência <-mos>.

duas formas variantes e levantar os contextos lingüísticos e sociais que favorecem ou restringem o uso de um pronome pleno, considerada a variante inovadora.

Não basta, no entanto, reconhecer a variação. É necessário explicá-la, identificar os fatores que a controlam e inseri-la dentro de um modelo de linguagem. Retomando aqui os termos dos próprios WLH, "certamente não basta apontar a existência ou a importância da variabilidade: é necessário lidar com os fatos de variabilidade com precisão suficiente para nos permitir incorporá-los a nossas análises da estrutura lingüística". Opondo-se à visão da variabilidade como um fato aleatório, WLH insistem na necessidade de um controle sistemático e empírico dos fatores estruturais (internos) e sociais que motivam o uso de uma ou outra variante. Consideremos esse aspecto retomando os processos variáveis brevemente apresentados acima.

A realização variável da vibrante em coda silábica é controlada tanto por fatores lingüísticos como por fatores sociais. Entre os fatores estruturais, de forma simplificada, destaca-se a classe morfológica do item lexical. Como pôde ser observado em todos os trabalhos acima referidos, a vibrante é particularmente suscetível de cancelamento em posição final, sobretudo nas formas verbais de infinitivo: *amá(r)*, *vendê(r)*. Diferentemente, as posições mediais — *ho(r)ta* — e as formas nominais tendem a restringir a supressão da vibrante, favorecendo a ocorrência de outras variantes, embora alguns estudos mais recentes já apontem a queda (realização zero) da vibrante nessa posição (Hora 2004), quando precedida de fricativa: *unive(r)sidade*, *eme(r)gência*.

Examinemos brevemente algumas das restrições lingüísticas que operam sobre a alternância entre *nós* e *a gente*. Como mostra Omena (1986, 1996), um primeiro aspecto importante a considerar na variação entre *nós* e *a gente* é a função sintática. Assim, para as funções de sujeito, complemento e adjunto adverbial, os resultados da análise de amostra de inícios dos anos 1980 revelam que a ocorrência de *a gente*

é significativamente mais favorecida (entre 72% e 84%) do que na função de adjunto adnominal (14%), em que o uso do possessivo (*nosso/a*) supera o do SPREP (*da gente*).

Restringindo-se à função de sujeito, em que a variação é mais sensível, Omena (ibid.) e Lopes (ibid.) mostram que tanto aspectos morfológicos como semânticos estão imbricados na alternância entre as duas formas de referência à primeira pessoa do plural. Um aspecto importante na modelização da alternância entre *nós* e *a gente* é o grau de distintividade (saliência fônica) entre a forma verbal na primeira pessoa do singular e do plural. Pode-se depreender uma escala, segundo a qual quanto maior o grau de distintividade entre as duas formas (por exemplo, *é/somos*, *faz/fazemos*), menores as chances de ocorrência da variante *a gente*. No nível semântico-pragmático, destaca-se a relevância do grau de indeterminação e do número de referentes incluídos na referência de primeira pessoa. A forma *a gente* é favorecida principalmente em contextos em que a referência do sujeito compreende um número grande e indeterminado de pessoas, seguindo-se o contexto em que a referência de primeira pessoa compreende um número intermediário e indeterminado de referentes.

No que se refere à realização do sujeito pronominal, as análises variacionistas têm revelado, por exemplo, que o padrão sentencial e a acessibilidade do antecedente além do seu traço de animacidade motivam uma direcionalidade de implementação da variante com o pronome expresso. Em relação ao primeiro fator, a presença do antecedente do sujeito no contexto imediatamente precedente e na mesma função propicia a ocorrência do sujeito nulo. Um antecedente em outra função ou a ocorrência de material interveniente dificultam a interpretação de um sujeito nulo, favorecendo a realização plena do pronome. Essa importante restrição, já apontada em estudos funcionalistas (cf. Paredes Silva 1988, 2003), não atua tão fortemente nos sistemas estáveis de sujeito nulo. Barbosa, Duarte & Kato (2001) mostram que, no português europeu, o sujeito nulo é predominante mesmo nos contextos em que seu antece-

dente está em outra função ou com elementos intervenientes, a menos que essa variante provoque ambigüidade. Entende-se, pois, que, no processo de mudança em curso no português brasileiro, os contextos de menor acessibilidade ao antecedente tenham sido um caminho para a implementação da mudança.

O segundo fator (animacidade do sujeito) tem se mostrado extremamente relevante em processos de mudança no sentido de expressão ou apagamento de pronomes. No caso em questão, observa-se que a implementação do sujeito expresso se instala mais rapidamente com os pronomes de primeira e segunda pessoa, que têm o traço inerentemente [+humano]; prossegue mais lentamente na terceira, em que podem variar os traços [+/-humano] e [+/-animado]. Essa relevância se faz evidente nos expressivos percentuais de sujeitos nulos com o traço [-humano/-animado] e nos pesos para este fator em relação aos obtidos para o traço [+humano]. Essa diferença pode ser traduzida em uma hierarquia de referencialidade, proposta em Cyrino, Duarte & Kato (2000). E, embora muitos dos resultados aqui comentados provenham da fala carioca, eles são confirmados por inúmeros estudos realizados no âmbito de diferentes projetos de pesquisa em todo o território nacional, como mostram as análises de Alencar (1998) sobre a fala de São Paulo e Porto Alegre; Cavalcante (2001) sobre a fala de Alagoas; Laperuta (2003) sobre a fala de Londrina (PR); Ferreira (2003) e Carvalho (2005), ambos sobre a fala do Centro-Oeste, a primeira focalizando a fala rural da comunidade Kalunga e a segunda, a fala da Baixada Cuiabana; Almeida (2005), com base em amostras da fala de três comunidades do interior da Bahia.

A importância de uma escala de referencialidade pode ser observada em outros fenômenos, como na mudança em direção ao objeto nulo, embora em sentido inverso (Omena 1978; Duarte 1989; Cyrino 1997). O apagamento do objeto se implementa inicialmente nos contextos em que seu antecedente é uma oração ou um predicativo, que se localizam num ponto mais baixo da hierarquia referencial proposta,

atingindo mais tarde os que têm um antecedente [+animado], para só então chegar aos de antecedente [+animado], um ponto importante de resistência (cf. Cyrino 1997).

Um ponto-chave na proposta de WLH é a inter-relação entre variação e mudança e o pressuposto de que a mudança pode ser captada no curso da sua implementação, uma questão que focalizamos na seção seguinte.

3. VARIÇÃO E MUDANÇA

Na proposta de WLH, a mudança é entendida como uma consequência inevitável da dinâmica interna das línguas naturais. No terceiro postulado colocado no texto, os autores insistem que “nem toda variação e heterogeneidade envolvem mudança, mas toda mudança envolve variação e heterogeneidade”. Podemos dizer, retomando os termos de Chambers, que “a mudança é um tipo de variação linguística com propriedades sociais particulares” (1995: 349).

A observação e constatação das mudanças linguísticas, como mostram os próprios autores, precedem, e em muito, o advento da sociolinguística, restritas, no entanto, à comparação entre fatos situados em dois momentos discretos⁴. Em confronto com perspectivas anteriores, WLH, ao destacar a estreita relação entre variação e mudança, abrem o caminho para a compreensão dos estágios intermediários entre dois momentos temporais, permitindo, assim, captar a instalação contínua e gradativa da mudança. Velhas e novas formas variantes rivalizam num mesmo momento de tempo e essa alternância pode representar uma transição para um outro estado de língua. Essa transição pode ser percebida principalmente no controle social da variação, na sua distribuição pelos diferentes estratos sociais da população analisada.

Ao identificar a mudança como a face sincrônica da variação, WLH rompem com as fronteiras entre sincronia e diacronia. O entrelace dos dois eixos permite, então, um passo teórico importante: as evidências da variação sincrô-

⁴ É tal postura que conduziu Bloomfield (1933) e Hockett (1958), por exemplo, a afirmarem a impossibilidade de observar a mudança no curso da sua instalação na língua.

nica passam a constituir um excelente laboratório para a compreensão de mudanças já completadas, ocorridas no passado. Uma das dificuldades maiores no estudo de mudanças já completadas em uma língua se situa exatamente na impossibilidade de acessar os seus estágios intermediários, o que conduz muitas vezes a conclusões equivocadas. A partir do exame da gradualidade de mudanças em curso de implementação, assim como da sua contextualização estrutural e social, é possível levantar hipóteses que expliquem esses estágios intermediários. Assim, por exemplo, a projeção das conclusões inferidas a partir do estudo da variação entre *nós* e *a gente* no momento atual pode lançar luzes sobre a trajetória de substituição do pronome *tu* pela forma *você*, em grande parte do território nacional, ou a neutralização entre as mesmas formas em várias regiões⁵.

A tarefa de compreensão dos processos de mudança está longe de ser simples. Como bem destacam WLH, qualquer teoria da mudança, mesmo a mais modesta, deve responder a algumas questões cruciais que envolvem a instalação de uma nova variante: os fatores condicionantes, a transição, o encaixamento, a implementação e a avaliação. Evidentemente, essas questões não estão dissociadas; ao contrário, se inter-relacionam, de forma a oferecer uma visão mais integrada da mudança. Qualquer separação entre elas atende a objetivos estritamente descritivos.

Retomando os termos dos autores, “um possível objetivo para uma teoria da mudança é determinar o conjunto de mudanças possíveis e condições possíveis para a mudança”, um objetivo que só pode ser alcançado através de um estudo controlado de mudanças em curso nas diversas línguas humanas. Quando se examinam mudanças particulares, é possível demonstrar que seu curso é motivado por razões lingüísticas. Consideremos um dos exemplos já citados, a variação na forma de realização do sujeito no português brasileiro. Como já destacamos acima, tudo indica que há uma trajetória no sentido de preenchimento do sujeito pronominal no PB.

⁵ É exatamente nessa perspectiva que Lopes (2005) tem desenvolvido estudo diacrônico do processo de gramaticalização da forma nominal *Vossa Mercê*.

A tendência ao preenchimento do sujeito, já detectada em estágios anteriores do português (Duarte 1993), vem se instalando gradativamente, a depender da ação de diversos fatores, alguns deles já discutidos acima. Uma hipótese possível para o curso dessa mudança estaria no enfraquecimento do sistema de flexões verbais decorrente da substituição de pronomes que se combinam com formas verbais de desinência exclusiva (“tu” e “nós”) por pronomes que se combinam com formas verbais de terceira pessoa do singular (“você” e “a gente”). Tais substituições (ou a neutralização entre “tu” e “você”) reduziu o número de oposições de cinco para apenas três formas verbais distintivas, que podem passar a duas no caso da ausência de marca de concordância na terceira pessoa do plural. Tal condição seria em si mesma suficiente para determinar a direção da mudança no sentido de sujeito vazio para sujeito preenchido e não no sentido inverso? Uma comparação com o que ocorreu em outras línguas (como o inglês, o francês) e o que está em curso em outras línguas aparentadas (como o espanhol da República Dominicana, como mostra Toribio 1996) levam a crer que essa direcionalidade é independentemente justificada, isto é, em situações onde está envolvida uma redução no quadro flexional, pode-se observar uma tendência ao preenchimento.

Além de justificada estruturalmente, uma mudança não ocorre de forma abrupta. As evidências acumuladas ao longo dos anos mostram que a instalação de uma nova variante é progressiva e que, entre dois estágios de uma língua, podem ser identificados sistemas transicionais que suscitam questões sobre a forma como uma variante passa de um indivíduo para o outro e de um contexto estrutural a outro. A depreensão ou postulação desses estágios intermediários, como admitem os autores, pode contribuir muito mais para a formulação de uma teoria da mudança do que o estudo dos pontos inicial e final.

Uma forma objetiva de verificar a transição e a progressão gradual e ordenada de variantes lingüísticas é através da variável idade (hipótese do tempo aparente), pois como afirmam os autores “todas as mudanças submetidas ao exame

empírico cuidadoso até agora têm mostrado distribuição contínua através de sucessivas faixas etárias da população". Segundo essa hipótese, num determinando momento *t*, falantes de diferentes faixas etárias representam diferentes estágios da língua: a variante inovadora, ausente ou mais incipiente na fala dos mais velhos, aumenta sua frequência nas faixas mais jovens da população. Dentre as variáveis sociais, as diferenças etárias são o indicador social primário, embora não absoluto, de mudanças em progresso na língua.

Retomando os fenômenos selecionados, consideremos as indicações depreendidas nos diversos estudos já realizados. No que se refere à realização da vibrante em coda silábica, há indicações bastante seguras de um movimento de mudança, variável de acordo com a região do país, no sentido de enfraquecimento do segmento implosivo que culmina no seu cancelamento, principalmente em formas verbais e em posição final. Essa escala de enfraquecimento se concretiza no Rio de Janeiro, por exemplo, por uma acentuada implementação da variante fricativa, em posição medial, e num estágio bastante avançado de aspiração ou apagamento na posição final (cf. Callou *et al.* 1996, 1998). Essa trajetória pode ser depreendida nos padrões de variação sociolinguística que envolvem, principalmente, correlações significativas com variáveis como idade e sexo. Assim, Callou (*ibid.*) mostra que a fricativa velar, variante mais inovadora na fala carioca, tende a predominar entre falantes mais jovens e do sexo feminino. O apagamento da vibrante em posição final apresenta um padrão de correlação semelhante, com os falantes mais jovens avançando no apagamento do segmento pós-vocálico.

A importância dos padrões sociolinguísticos na direcionalidade das variantes linguísticas pode ser percebida igualmente na variação das formas de referência à primeira pessoa do plural. O já citado estudo de Omena (1996) aponta nitidamente a maior incidência da variante *a gente* entre falantes mais jovens e da variante mais conservadora *nós* entre falantes mais velhos (acima de 26 anos), sistematicamente entre homens e mulheres. A generalidade dessa

correlação se reitera em outros estudos, como os de Lopes (1993) e Menon (1994), que trabalham com amostras de falantes de nível universitário, reforçando assim a amplitude do fenômeno em diferentes estratos sociais.

No que se refere à forma de realização do sujeito, os resultados disponíveis até o momento são ainda mais transparentes ao indicar uma mudança no sentido de perda da possibilidade de sujeito nulo. Apesar do avançado estágio da mudança, a atuação de fatores sociais no processo ainda é facilmente notada. O nível de escolaridade mais alto associado a faixas etárias mais altas (Duarte 1995) ainda é atuante no sentido de inibir o sujeito expreso. Em outras palavras, o sujeito expreso nas pesquisas realizadas em centros urbanos (Duarte 1995, 2003) é mais facilmente implementado na fala dos menos escolarizados e mais jovens. As mulheres, geralmente mais sensíveis a processos de mudança que envolvem variantes prestigiadas (cf. Paiva 2003), lideram o processo no caso do preenchimento do sujeito, uma vez que um pronome expreso na posição de sujeito não recebe avaliação negativa.

A questão da implementação, que constitui na opinião de WLH o verdadeiro cerne de uma teoria da mudança, remete necessariamente para a dos fatores condicionantes da variação. Na medida em que identificamos os condicionamentos que agem sobre a mudança, adiantamos uma explicação da forma como a mudança vai se expandindo por diferentes contextos estruturais. Assim, a mudança na direção de perda da possibilidade de sujeito nulo só pode ser entendida em relação, por exemplo, a motivações ligadas ao grau de acessibilidade dos referentes e a uma hierarquia de animacidade. No que se refere à hierarquia de referencialidade, por exemplo, podemos supor que a mudança progride numa direção que vai de sujeito [+referencial, +animado] para sujeito [-referencial, -animado] até atingir finalmente sujeitos com o traço [-referencial]. Essa hierarquia vai explicar por que os sujeitos com o traço [-referencial], como é o caso dos expletivos nulos, são os últimos a se tornar lexicalmente preenchidos.

⁶ Em estudos posteriores, principalmente sobre a implementação de (r) retroflexo em Nova York, Labov postula a importância das classes intermediárias como propulsoras de mudanças linguísticas. No Brasil, essa questão ainda é mais controversa, havendo evidências de que a classe mais baixa pode desempenhar um papel importante na implementação social das mudanças.

Uma mudança não envolve apenas motivações estruturais, como as que discutimos até aqui, mas igualmente motivações sociais, ou seja, uma mudança é "mudança no comportamento social". Uma hipótese possível para a expansão de uma variante inovadora seria atribuí-la à sua transmissão via aquisição da linguagem no ambiente familiar. Os autores postulam, no entanto, que a transmissão das mudanças envolve discontinuidades na própria comunidade de fala. Em princípio, pode-se admitir que a mudança se inicia em um determinado grupo social, associada a um determinado valor social e, gradativamente, se expande para outros grupos sociais, até se completar⁶.

A hipótese da trajetória acima implica uma outra questão: a do encaixamento da mudança em curso, ou seja, "como as mudanças observadas estão encaixadas na matriz de concomitantes linguísticos e extralinguísticos das formas em questão? (Ou seja, que outras mudanças estão associadas a determinadas mudanças de um modo que não pode ser atribuído ao acaso?)" Para esclarecer essa questão, retomemos o exemplo do sujeito. A mudança em direção ao sujeito preenchido não é um fato isolado na estrutura do português. Está intimamente relacionada a outros processos que podem ter resultado igualmente das mudanças no quadro flexional, como a fixação da ordem SV no PB tanto em orações declarativas como em orações interrogativas (Kato *et al.*, no prelo).

As mudanças operadas no sistema pronominal do português repercutem em outros pontos, relacionado-se a outras mudanças, como a das formas de realização do dativo. Como mostra Gomes (2001, 2003), a redução do quadro de pronomes nominativos do PB se reflete também no subsistema de clíticos do português, onde podem ser constatados fenômenos como perda tanto do clítico acusativo de terceira pessoa (*o, a*) como do clítico dativo (*lhe*) e o deslocamento do clítico *lhe* para referência à segunda pessoa. Uma das repercussões de tais processos é o aumento considerável na expressão do dativo na forma de sintagmas preposicionais, que, por sua vez, se submete a mudanças na preposição que os encabeça:

observa-se acentuado aumento de substituição da preposição *a* pela preposição *para* (Gomes, *ibid.*).

No interior da proposta de WLH, em algum momento do processo de mudança, as variantes em competição serão investidas de uma significação social, avaliando-se negativa ou positivamente a variante inovadora. Como afirmam os autores, "o avanço da mudança linguística rumo à conclusão pode ser acompanhado de uma elevação no nível de consciência social da mudança e do estabelecimento de um estereótipo social". Dessa forma, os autores se opõem ao pressuposto de um falante passivo, a quem a estrutura da língua se impõe como tal. Admitem, ao contrário, um falante ativo, que pode atuar no sentido de acelerar ou de reter processos de mudança na língua da comunidade, na medida em que se identifica com eles ou os rejeita.

A questão da avaliação envolve necessariamente a saliência da variação para a comunidade de fala. Assim, por exemplo, a mudança na forma de realização do sujeito pronominal parece estar imune a um julgamento por parte dos falantes, vista a pouca saliência da presença de um pronome onde poderia ocorrer uma categoria vazia. A maior ou menor saliência da variante no processo de avaliação social encontra um exemplo claro na alternância nas formas de realização do objeto direto anafórico, em que três variantes concorrem (clítico, pronomes acusativo e categoria vazia). Como a variante mais inovadora, a categoria vazia, não é percebida, as prescrições normativistas criticam apenas o uso de *ele*-acusativo, na verdade, uma variante muito menos freqüente do que o objeto nulo⁷.

Um avanço em relação aos postulados inicialmente colocados em WLH é mostrar que a valorização ou discriminação de uma variante inovadora é fortemente condicionada pelos próprios contextos estruturais da variação. Retomando, a título de exemplo, a variação da vibrante em coda silábica, pode-se afirmar que o apagamento da vibrante em posição final, apesar da sua manutenção na escrita, não é sensível à avaliação por parte dos falantes;

⁷ Este é outro fenômeno amplamente investigado no PB contemporâneo. Além de Omena (1978) e Duarte (1989), que analisaram a fala carioca e a fala paulistana, respectivamente, citam-se os trabalhos de Corrêa (1991), sobre a fala paulista; Luizê (1997), sobre a fala de Florianópolis; Parisi (1997), sobre a fala de pescadores do norte fluminense; Malvar (1992), sobre a fala de Brasília; Avelbug (1998), Freire (2000) e Maraioni (2004) sobre diferentes amostras da fala carioca; Baltor (2003), sobre a fala de João Pessoa; Vieira (2004) sobre falares rurais afro-baianos. Nas análises com falantes não escolarizados, o clítico está ausente

a supressão do mesmo segmento em posições mediais, no entanto, é saliente, percebida e avaliada como "mau português". A extensão do fenômeno em um dado contexto estrutural pode, portanto, reduzir sua saliência na comunidade de fala. Além disso, as avaliações atribuídas a uma variante lingüística podem se alterar ao longo do tempo: uma variante pode se "desvestir" da sua carga negativa e ganhar terreno no processo de mudança.

O grau de avaliação de variações e de mudanças em progresso pode ser apreendido mais convincentemente nas reações e atitudes dos falantes em relação às variantes do que na sua produção. Entretanto, ele se reflete necessariamente na própria distribuição social e estilística das variantes, derivando padrões regulares. A estilos de fala mais formais estão associadas variantes de maior prestígio e a estilos mais informais, e principalmente ao vernáculo, variantes de menor prestígio. Considerando-se variáveis adstritas aos falantes, tais como sexo e idade, os inúmeros trabalhos já realizados ao longo dos anos permitem verificar uma certa equação entre fala feminina e formas mais prestigiadas, por um lado, e fala masculina e formas menos prestigiadas, por outro.

4. CONCLUINDO: VARIAÇÃO, MUDANÇA E TEORIA LINGÜÍSTICA

Uma questão crucial no programa elaborado por VLH se refere à inter-relação entre uma teoria da mudança e uma teoria da linguagem. Como destacam os autores, um refinamento na teoria da linguagem tem consequências não só na postulação/formulação dos fatores condicionantes mas no próprio elenco das mudanças postuladas.

Um argumento frequentemente aventado é o de que uma teoria geral da linguagem ou uma teoria mais ampla da mudança lingüística é uma condição prévia ao estudo de qualquer fenômeno de variação e de mudança. A experiência acumulada ao longo dos anos vem demonstrando que a interação, o diálogo se preferimos, entre a socio-

lingüística variacionista e teorias voltadas para fatos categoriais é enriquecedora em ambas as direções, se admitamos mutuamente. O estudo de fenômenos de variação e mudança específicos e a identificação de tendências to-mam, como ponto de partida, conceitos e restrições mais gerais que envolvem, na maioria das vezes, uma forma de modelização da linguagem; a identificação de tendências regulares e reproduzíveis alimenta, por sua vez, a discussão acerca dos princípios teóricos mais gerais. Mais uma vez a título de exemplo, discutiremos brevemente duas conjugações que, ao longo dos anos, têm se mostrado frutíferas nos estudos sociolingüísticos brasileiros: a conjugação entre pressupostos da teoria da variação e do funcionalismo, e entre teoria da variação e teoria gerativa, principalmente na sua versão de princípios e parâmetros.

A associação entre pressupostos variacionistas e pressupostos funcionalistas se apóia essencialmente num ponto de partida comum: o de que a língua só pode ser entendida nos seus variados contextos de uso. O princípio de que as funções a que a língua serve se refletem na forma como ela se estrutura encontra sua tradução em grupos de fatores, para usar uma terminologia cara aos variacionistas, que permitem controlar cada contexto discursivo em que uma determinada variante é favorecida ou desfavorecida. Tomemos como exemplo os estudos de Paredes e Silva, acerca da forma de realização do sujeito (1988, 2003). A autora parte do princípio de que essa variação se explica em termos de motivações funcionais, resultantes de pressões adaptativas. Trata-se, no estudo em questão, de mostrar que a variação na forma de realização do sujeito se insere num domínio funcional mais amplo relacionado ao grau de predizibilidade da informação codificada pelo sujeito: quanto mais previsível a informação, menor a necessidade de realização fonética do sujeito. A análise controlada de diferentes formas de conexão entre duas orações permite à autora demonstrar que a expressão pronominal do sujeito incide principalmente em pontos de descontinuidade referencial.

A identificação dessa tendência, bastante regular, vai por sua vez alimentar a postulação do domínio funcional da referenciação, na medida em que traz evidências de que há uma gradação nos processos utilizados para estabelecer continuidades e descontinuidades no discurso.

A variação *nós/a gente* é outro exemplo de uma interface entre uma perspectiva variacionista e modelos funcionalistas, mais especificamente, no caso, o da gramaticalização. A forma *a gente*, concorrente atual de *nós*, se submeteu ela mesma a um processo de mudança através do qual perdeu propriedades da sua categoria-fonte, um nome, para ganhar em propriedades mais gramaticais, tornando-se um pronome. Nessa trajetória, a forma *a gente* vai se especializando, mas não perde inteiramente algumas das suas nuances semânticas originais, como, por exemplo, a referência a um número indefinido de pessoas. Como já vimos acima, esse traço persiste no estado atual da variação, determinando a tendência de que *a gente* predomine nos contextos em que a referência à primeira pessoa do plural é mais indeterminada, incluindo um número maior de pessoas.

No sentido inverso, as tendências identificadas na variação entre *nós/a gente*, por exemplo, trazem evidências que reforçam o postulado de que a gramaticalização de uma forma é um processo gradual, contínuo, que não é impedido pela existência prévia de uma outra forma dentro de um domínio funcional.

No caso específico da teoria gerativa, particularmente dentro do quadro de princípios e parâmetros (Chomsky 1981), se, por um lado, as propriedades atribuídas a cada parâmetro da gramática universal têm alimentado as pesquisas variacionistas no levantamento de hipóteses e no estabelecimento de grupos de fatores, por outro, as tendências identificadas têm possibilitado ampla discussão sobre esses parâmetros⁸. Os resultados de pesquisas relativas à representação do objeto direto anafórico, do sujeito pronominal e da ordem VS, por exemplo, têm permitido (re)discutir o estatuto sintático de categorias vazias (Galves 2001; Cyrino

1997) bem como os feixes de propriedades geralmente relacionadas à marcação positiva em relação ao parâmetro do sujeito nulo (Kato 2000; Barbosa, Duarte & Kato 2001; Duarte 2004; Kato & Duarte 2005). É o estudo do “encaixamento” da mudança permitindo o avanço das generalizações teóricas dentro de uma perspectiva interlingüística.

Dessa breve tentativa de (re)visitar o texto de WLH e traçar um sucinto panorama das suas conseqüências na sociolingüística brasileira, podemos concluir que o PB tem se revelado um solo fértil para a discussão dos postulados colocados pelos autores. A publicação em português desse texto certamente contribuirá para o avanço dos estudos de variação e mudança em solo brasileiro e para a formulação de uma teoria mais ampla da mudança lingüística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, M. das G. (1998). *Estudo comparativo da sintaxe pronominal em São Paulo e Porto Alegre*. Mestrado, Unicamp.
- ALMEIDA, N. L. F. de (2005). *Sujeito nulo e morfologia verbal no português falado por três comunidades do interior da Bahia*. Doutorado, UNICAMP.
- AVERBUG, M. C. (1998). Objeto direto anafórico: variação na produção oral e escrita e influência do ensino. *Anais do VII Congresso da ASSEL-RIO*, 680-687.
- BALTOR, C. da S. (2003). *Estudo variacionista do objeto direto de terceira pessoa em série anafórica no falar pessoense*. Mestrado, UFPE.
- BARBOSA, P.; DUARTE, M. E. & KATO, M. A. (2001). A distribuição do sujeito nulo no português europeu e no português brasileiro. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, 539-550.
- BISOL, L. (1999). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro* (2ª ed. rev. e ampliada). Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 1.
- CALLOU, D. (1987). *Varição e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROED.
- CALLOU, D.; MORAES, J. & LEITE, Y. (1996). Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: Koch, I. V. (org.) *Gramática do português falado*, vol. VI. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP. 465-494.
- CALLOU, D.; MORAES, J. & LEITE, Y. (1998). Apagamento do R final no dialeto carioca. *DELTA*, vol. 14, no. especial, 61-72.
- CALLOU, D.; LEITE, Y. & MORAES, J. (2002). Processo(s) de enfraquecimento consonantal no português do Brasil. In: ABAURRE, B. & RODRIGUES, A. (orgs.) *Gramática do português falado*, vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP. 537-556.
- CAMPOS, O. G. L. & RODRIGUES, A. C. S. (1992). Flexão nominal: indicação de pluralidade no sintagma nominal. In: ILARI, R. (org.) *Gramática do português falado*, vol. II. Campinas: Editora da Unicamp, 111-134.
- CARVALHO, G. A. de. 2005. *A realização do sujeito na fala do araguiense*. Mestrado. UNESP/Araraquara.

⁸ Essa associação de modelos teóricos tão diferentes, que busca dar conta de variações internas ao PB, foi proposta em Tarallo e Kato 1989 e discutida em Ramos 1999.

CAVALLANTE, M. A. (2001). *O sujeito pronominal em Alagoas e no Rio de Janeiro: um caso de mudança em progresso*. Doutorado, UFAL.

CHAMBERS, J. K. (1995). *Sociolinguistic Theory*. Oxford/Cambridge: Blackwell.

CHOMSKY, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.

CORREIA, V. R. (1991). *Objeto direto nulo no português do Brasil*. Mestrado, UNICAMP.

CYRINO, S. (1997). *O objeto nulo no português do Brasil – um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: EdUEL.

CYRINO, S.; DUARTE, M. E. & KATO, M. A. (2000). Visible Subjects and Invisible Clitics in Brazilian Portuguese. In KATO & NEGRÃO (orgs.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt-Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 55-104.

DUARTE, M. E. L. (1989). Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 19-34.

_____. (1995). *A perda do princípio "Evite pronome" no português brasileiro*. Doutorado, UNICAMP.

_____. (2003*). A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In PAIVA, & DUARTE (orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj. 115-128.

_____. 2004. On the Embedding of a Syntactic Change. *Language Variation in Europe: Papers from ICLaVE2*. 145-155. Uppsala, Sweden: Universitets-tryckeriet.

FERRERA, C. C. (2003). *A variação do pronome sujeito na fala da comunidade Kalunga*. Mestrado, UnB.

FRIEIRE, G. (2000). *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*. Mestrado, UFRJ.

GALVES, C. (2001). *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: EdUnicamp.

GOMES, C. A. (1999). Embedded Processes in Dative Alternation: a Comparative Study about Three Contemporary Varieties of Portuguese. Comunicação apresentada no NWA/V28, Toronto, Canadá.

_____. (2001). Encaixamento linguístico de processos sintáticos do português brasileiro. *Lusorama*, 47-48, 58-73.

_____. (2003). Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA & DUARTE (orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj. 81-96.

HORA, D. da (2004). Variação fonológica: consoantes em coda silábica. Comunicação apresentada em mesa-redonda no 10º Simpósio Nacional de Letras, ILEEL/UFU.

KATO, M. A. (2000). The Partial Pro-drop Nature and the Restricted VS Order in Brazilian Portuguese. In: KATO & NEGRÃO (orgs.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt-Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 223-258.

KATO, M. A. & DUARTE, M. E. L. (2005). (Micro)parametric Variation between European (EP) and Brazilian Portuguese (BP): Similarities and Differences Related to Ongoing Changes in Latin American Spanish. Comunicação apresentada no XIV Congresso Internacional da ALFAL, Monterrey, México.

KATO, M. A. et alii (no prelo). Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, S. et alii (orgs.). 500 anos de história linguística no Brasil. Salvador.

LAPERUTA, M. (2003). A realização do sujeito pronominal: um estudo sociolinguístico paramétrico para a cidade de Londrina - norte do Paraná. UNESP, Araraquara, 2003.

LURA, S. de A. (1982). *Nominal, Pronominal and Zero Subject in Brazilian Portuguese*. Doutorado, University of Pennsylvania.

LOPES, C. R. (1993). "Nós" e "a gente" no português falado culto. Mestrado. Faculdade de Letras, UFRJ.

LOPES, C. R. dos S. (1999). *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Doutorado, UFRJ.

_____. (2003). *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português*. Frankfurt/Madri. Vervuert/Iberoamericana, vol. 18.

_____. & Machado (2005). Tradição e inovação: indícios do sinterismo entre a segunda e a terceira pessoas nas cartas dos avós. In: LOPES, C. (org.). *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 45-66.

LUJZE, T. B. (1997). *Entre o PE e o PB: o falar açoriano de Florianópolis*. Mestrado, UFSC.

MALVAR, E. da S. (1992). *A realização do objeto direto de 3ª pessoa em cadeia anafórica no português do Brasil*. Mestrado, UnB.

MARAFONI, R. L. (2004). *Estratégias de realização do objeto direto anafórico na fala popular carioca*. Mestrado, UFRJ.

MENDONÇA, V. de A. (2002). *A língua falada na cidade de Mata Grande: a variação do objeto direto*. Mestrado, UFAL.

MENON, O. P. S. (1994). *Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, a partir des données du NURC/SP*. Doutorado, Université Paris VII.

_____. (1996). A gente: um processo de gramaticalização. *Estudos Linguísticos* XXV, 622-628.

MONARRETTO, V. N. de O. (s.d.). O apagamento da vibrante pós-vocálica nas capitais do sul do Brasil. *Letras de hoje*, v. 35, n. 1, p. 275-284.

NARO, A. & SCHERRE, M. M. P. (2003). Estabilidade e mudança linguística em tempo real: a concordância de número. In: PAIVA & DUARTE (orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj. 47-62.

OMENA, N. P. de (1978). *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Mestrado, PUC-RJ.

_____. (1986). A referência à primeira pessoa do plural. Relatório final: Substítios do 'Projeto Censo' à Educação. Vol II, 286-319. UFRJ.

_____. (1996). A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: OLIVEIRA E SILVA, G. & SCHERRE, M. M. P. (orgs.). *Padrões sociolinguísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 183-215.

_____. (2003). A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? Em PAIVA & DUARTE (orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj. 63-80.

_____. & BRAGA, M. L. (1996). A gente está se gramaticalizando? In: MACEDO, A.; RONCARATI, C. & MOLLICA, M. C. (orgs.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 75-84.

PAIVA, M. da C. A. (2003). A variável gênero/sexo. In MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto. 33-42.

PARÁ, M. L. D. (1997). *Estratégias de representação do objeto direto correferencial: um estudo variacionista*. Mestrado, UFRJ.

PAREDES SILVA, V. L. (1988). *Cartas cariocas: A variação do sujeito na escrita informal*. Doutorado, UFRJ.

_____. (2003). Motivações funcionais no uso do sujeito pronominal: uma análise em tempo real. In: PAIVA & DUARTE (orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj. 97-114.

RAMOS, J. (1999). "Sociolinguística paramétrica" ou "variação paramétrica". In: HORA, D. da & CHRISTIANO, E. (orgs.). 83-93.

SCHERRE, M. M. P. (1988). *Reanálise da concordância nominal em português*. Doutorado, UFRJ.

_____. & NARO, A. (1991). Marking in Discourse: "Birds of a Feather". *Language Variation and Change*, 3 (1): 23-32.

TARALLO, F. & KATO, M. A. (1989). Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralinguística. In *Predição 5*. Campinas, Unicamp. 315-353.

TORIBIO, J. A. (1996). Dialectal Variation in the Licensing of Null Referential and Expletive Subjects. In PARONI et alii (orgs.). *Aspects of Romance Linguistics. Selected Papers from the Linguistic Symposium on Romance Languages XXIV*. Washington DC, Georgetown University Press.

VANCE, B. (1989). *Null Subjects and Syntactic Change in Medieval French*. Doutorado, Cornell University.

VIEIRA, M. C. de (2004). *O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro*. Mestrado, UFBA.